ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.08.21.001
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00005.20260727/0002-86

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS/PARTICIPANTES DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	VAN – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR CAPACIDADE MÍNIMA PARA ATÉ 21 LUGARES	2,00	Unidade
van – veículo 0 km ano/modelo 2026 ou superior, tipo van com capacidade mínima para até 21 lugares (1 motorista e 20 passageiros), carroceria fechada, combustível diesel, câmbio manual, direção hidráulica ou elétrica, freios com sistema abs, ar-condicionado, bancos estofados com cintos de segurança, porta lateral deslizante, motor com potência compatível com a categoria do veículo, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo contran, documentação e licenciamento regularizados, devidamente emplacado e licenciado em nome do órgão contratante no ato da entrega, atendendo às normas de segurança e à legislação de trânsito vigente.			
2	MICRO-ÔNIBUS 28 LUGARES- VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR	1,00	Unidade
micro-ônibus 28 lugares - veículo 0 km ano/modelo 2026 ou superior, tipo micro-ônibus, com capacidade para até 28 lugares, carroceria integral, combustível diesel, 4 cilindros em linha, motor turbo, potência mínima de 155 cv, câmbio manual de no mínimo 05 marchas à frente e 01 à ré, direção hidráulica ou elétrica, freios a ar ou hidráulicos com sistema abs, suspensão compatível com o transporte de passageiros, ar-condicionado, poltronas estofadas e reclináveis com cintos de segurança, porta de acesso lateral para embarque e desembarque, janelas com vidros móveis, iluminação interna, porta-mochilas ou bagageiro interno, tacógrafo, todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo contran, documentação e licenciamento regularizados, devidamente emplacado e licenciado em nome do órgão contratante no ato da entrega, atendendo às normas de segurança e à legislação de trânsito vigente.			
3	CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR	1,00	Unidade
caminhão baú refrigerado - veículo 0 km ano/modelo 2026 ou superior, chassi original de fábrica, com cabine simples ou avançada, motor a diesel, 4 cilindros ou superior, turboalimentado, com potência mínima de 150 cv, transmissão manual de, no mínimo, 5 (cinco) marchas à frente e 1 (uma) à ré, direção hidráulica ou elétrica, sistema de freios com abs e demais dispositivos de segurança exigidos pela legislação vigente, ar-condicionado original de fábrica, capacidade de carga (pbt) compatível com o conjunto veicular e com o baú instalado, baú isotérmico construído em painéis com isolamento térmico em poliuretano injetado ou material equivalente, revestimento interno em material lavável e resistente à corrosão, unidade frigorífica acoplada ao baú, capaz de manter temperatura de, no mínimo, -10°c até +10°c, com controle eletrônico de temperatura e indicação em display digital, portas traseiras com vedação apropriada e sistema de travamento, iluminação interna no compartimento de carga, piso antiderrapante e resistente à umidade, manual de operação e manutenção em língua portuguesa, atender à legislação ambiental vigente proconve p8 (euro vi), todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo contran, documentação e licenciamento regularizados, devidamente emplacado e licenciado em nome do órgão contratante no ato da entrega, atendendo às normas de segurança e à legislação de trânsito vigente.			
4	VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE CABINE DUPLA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES	1,00	Unidade
veículo automotor utilitário, tipo picape cabine dupla, 0 (zero) quilômetro, ano/modelo 2026 ou superior, com capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes, quatro portas laterais, destinado ao transporte de passageiros e cargas em vias urbanas e rurais. equipado com motor a diesel, turbo, com potência mínima de 190 cv, torque compatível com a categoria, transmissão automática de, no mínimo, 6 (seis) velocidades, com tração 4x4, dotada de sistema de redução (4x4 reduzida), permitindo operação em terrenos acidentados, com opção de tração 4x2. direção elétrica, eletro-hidráulica ou hidráulica, freios a disco nas rodas dianteiras com sistema abs, sistema eletrônico de distribuição da força de frenagem (ebd) ou tecnologia equivalente, controle eletrônico de estabilidade (esp/esc), controle de tração (tcs), assistente de partida em rampa (hsa) e demais sistemas eletrônicos de segurança disponíveis para a categoria. deverá possuir, no mínimo, airbags frontais para motorista e passageiro, podendo ser acrescidos de airbags laterais e de cortina, cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, apoio de cabeça para todos os assentos, sistema isofix para fixação de cadeiras infantis, alarme antifurto e imobilizador eletrônico. equipado com ar-condicionado, vidros elétricos nas quatro portas, travas elétricas, retrovisores externos com acionamento elétrico, computador de bordo, volante com regulagem de altura e/ou profundidade, direção multifuncional, chave presencial ou sistema equivalente, câmera de ré, sensores de estacionamento traseiros ou dianteiros/traseiros, central multimídia com tela sensível ao toque, rádio am/fm, conexão bluetooth, entradas usb e			

compatibilidade com android auto e apple carplay ou tecnologia equivalente. caçamba traseira com capacidade compatível com a categoria, equipada com protetor de caçamba, ganchos para amarração de carga, capota marítima (quando prevista pelo órgão contratante) e capacidade mínima de carga útil de aproximadamente 1.000 kg. rodas de liga leve ou aço de, no mínimo, 17 polegadas, pneus novos compatíveis com o veículo e adequados para utilização em vias pavimentadas e não pavimentadas, incluindo estepe, macaco hidráulico, chave de rodas e triângulo. o veículo deverá ser entregue com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo contran, manual do proprietário, chave reserva, documentação regularizada, devidamente emplacado e licenciado em nome do órgão contratante no ato da entrega, incluindo ipva, licenciamento, taxas, emplacamento e demais tributos necessários à sua regularização, atendendo integralmente às normas de segurança, ambientais e à legislação de trânsito vigente.

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas do(s) órgão(s) participante(s):

MANIFESTANTE: Secretaria de Cultura. Turismo e Lazer

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
9	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, QUATRO PORTAS	Unidade	1.0
	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, QUATRO PORTAS, TIPO PICAPE CABINE DUPLA, COM CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.3, CÂMBIO AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, FREIOS COM SISTEMA ABS, AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, CENTRAL MULTIMÍDIA OU SISTEMA DE ÁUDIO, CAÇAMBA TRASEIRA PARA TRANSPORTE DE CARGAS, PROTETOR DE CAÇAMBA, RODAS E PNEUS COMPATÍVEIS COM O USO URBANO E RURAL, TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, DOCUMENTAÇÃO E LICENCIAMENTO REGULARIZADOS, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, INCLUINDO IPVA, TAXAS E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS PARA REGULARIZAÇÃO DO VEÍCULO, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE.		

MANIFESTANTE: Serviço Autonomo de Aqua Esgoto

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
4	VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE CABINE DUPLA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES	Unidade	1.0
	VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE CABINE DUPLA, 0 (ZERO) QUILÔMETRO, ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, QUATRO PORTAS LATERAIS, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS EM VIAS URBANAS E RURAIS. EQUIPADO COM MOTOR A DIESEL, TURBO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 190 CV, TORQUE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) VELOCIDADES, COM TRAÇÃO 4X4, DOTADA DE SISTEMA DE REDUÇÃO (4X4 REDUZIDA), PERMITINDO OPERAÇÃO EM TERRENOS ACIDENTADOS, COM OPÇÃO DE TRAÇÃO 4X2. DIREÇÃO ELÉTRICA, ELETRO-HIDRÁULICA OU HIDRÁULICA, FREIOS A DISCO NAS RODAS DIANTEIRAS COM SISTEMA ABS, SISTEMA ELETRÔNICO DE DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE FRENAGEM (EBD) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ESP/ESC), CONTROLE DE TRAÇÃO (TCS), ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA (HSA) E DEMAIS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS PARA A CATEGORIA. DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, AIRBAGS FRONTAIS PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, PODENDO SER ACRESCIDOS DE AIRBAGS LATERAIS E DE CORTINA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS ASSENTOS, SISTEMA ISOFIX PARA FIXAÇÃO DE CADEIRAS INFANTIS, ALARME ANTIFURTO E IMOBILIZADOR ELETRÔNICO. EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES EXTERNOS COM ACIONAMENTO ELÉTRICO, COMPUTADOR DE BORDO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA E/OU PROFUNDIDADE, DIREÇÃO MULTIFUNCIONAL, CHAVE PRESENCIAL OU SISTEMA EQUIVALENTE, CÂMERA DE RÉ, SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIROS OU DIANTEIROS/TRASEIROS, CENTRAL MULTIMÍDIA COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE, RÁDIO AM/FM, CONEXÃO BLUETOOTH, ENTRADAS USB E COMPATIBILIDADE COM ANDROID AUTO E APPLE CARPLAY OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE. CAÇAMBA TRASEIRA COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, EQUIPADA COM PROTETOR DE CAÇAMBA, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA, CAPOTA MARÍTIMA (QUANDO PREVISTA PELO ÓRGÃO CONTRATANTE) E CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA ÚTIL DE APROXIMADAMENTE 1.000 KG. RODAS DE LIGA LEVE OU AÇO DE, NO MÍNIMO, 17 POLEGADAS, PNEUS NOVOS COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO E ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO EM VIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, INCLUINDO ESTEPE, MACACO HIDRÁULICO, CHAVE DE RODAS E TRIÂNGULO. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, MANUAL DO PROPRIETÁRIO, CHAVE RESERVA, DOCUMENTAÇÃO REGULARIZADA, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, INCLUINDO IPVA, LICENCIAMENTO, TAXAS, EMPLACAMENTO E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS À SUA REGULARIZAÇÃO, ATENDENDO INTEGRALMENTE ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, AMBIENTAIS E À LEGISLAÇÃO DE		

	TRÂNSITO VIGENTE.		
7	MOTOCICLETA TIPO TRAIL – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA PARA USO MISTO	Unidade	2.0
	MOTOCICLETA TIPO TRAIL – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA PARA USO MISTO, FLEX (GASOLINA/ETANOL), CILINDRADA ENTRE 160 CC E 250 CC, MOTOR MONOCILÍNDRICO 4 TEMPOS, ARREFECIDO A AR, INJEÇÃO ELETRÔNICA, PARTIDA ELÉTRICA, TRANSMISSÃO DE 05 (CINCO) MARCHAS, FREIOS COM SISTEMA ABS NA RODA DIANTEIRA OU SISTEMA SUPERIOR, RODAS RAIADAS, PNEUS DE USO MISTO COMPATÍVEIS COM PERCURSOS URBANOS E RURAIS, SUSPENSÃO DIANTEIRA TELESCÓPICA E SUSPENSÃO TRASEIRA MONOAMORTECIDA, PAINEL DIGITAL OU ANALÓGICO/DIGITAL, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS, CAPACIDADE PARA 02 (DOIS) OCUPANTES, EQUIPADA COM PROTETOR DE MOTOR, ESPELHOS RETROVISORES, MANUAL DO PROPRIETÁRIO, CHAVE RESERVA E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE EMPLACADO, LICENCIADO, COM IPVA, TAXAS, LICENCIAMENTO E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS QUITADOS, EM NOME DA CONTRATANTE, PRONTO PARA USO IMEDIATO.		
8	MOTOCICLETA TIPO CARGO – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA DESTINADA AO TRANSPORTE DE PEQUENAS CARGAS E APOIO OPERACIONAL	Unidade	2.0
	MOTOCICLETA TIPO CARGO – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA DESTINADA AO TRANSPORTE DE PEQUENAS CARGAS E APOIO OPERACIONAL, FLEX (GASOLINA/ETANOL), CILINDRADA MÍNIMA DE 160 CC, MOTOR MONOCILÍNDRICO 4 TEMPOS, ARREFECIDO A AR, INJEÇÃO ELETRÔNICA, PARTIDA ELÉTRICA, TRANSMISSÃO DE 05 (CINCO) MARCHAS, FREIO DIANTEIRO A DISCO E TRASEIRO A TAMBOR OU SISTEMA SUPERIOR, RODAS RAIADAS, PAINEL DIGITAL OU ANALÓGICO/DIGITAL, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 LITROS, BAGAGEIRO TRASEIRO REFORÇADO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CAPACIDADE ADEQUADA PARA TRANSPORTE DE CARGAS, PROTETOR DE MOTOR, ESPELHOS RETROVISORES, MANUAL DO PROPRIETÁRIO, CHAVE RESERVA E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE EMPLACADO, LICENCIADO, COM IPVA, TAXAS, LICENCIAMENTO E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS QUITADOS, EM NOME DA CONTRATANTE, PRONTO PARA USO IMEDIATO.		

MANIFESTANTE: Casa de Saude Adilia Maria

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
5	AMBULÂNCIA SEMI UTI – TIPO B - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR	Unidade	2.0
	AMBULÂNCIA SEMI UTI – TIPO B - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, VEÍCULO TIPO FURGÃO COM MOTOR DE NO MÍNIMO 2.0, POTÊNCIA MÍNIMA DE 150CV E TORQUE MÍNIMO DE 39,0KGF.M, COM TRAÇÃO NA TRASEIRA E/OU DIANTEIRA, CÂMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 06 VELOCIDADES À FRENTE MAIS 01 À RÉ, CAPACIDADE MÍNIMA DE COMBUSTÍVEL NO TANQUE DE 70 LITROS, COMPUTADOR DE BORDO, CÂMERA DE RÉ E SENSOR DE ESTACIONAMENTO ORIGINAL DE FÁBRICA, TIPO FURGÃO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA, COMBUSTÍVEL DIESEL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, FREIOS COM SISTEMA ABS, AR-CONDICIONADO NA CABINE E NO COMPARTIMENTO DO PACIENTE, REVESTIMENTO INTERNO LAVÁVEL E IMPERMEÁVEL, ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO, MACA RETRÁTIL COM SISTEMA DE FIXAÇÃO, BANCO PARA ACOMPANHANTE E PROFISSIONAL DE SAÚDE, ARMÁRIOS PARA ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS, SUPORTE PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO, SISTEMA DE OXIGENOTERAPIA, ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED, SINALIZAÇÃO VISUAL E SONORA DE EMERGÊNCIA, SALÃO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE NO MÍNIMO 10 METROS CÚBICOS, EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELAS NORMAS VIGENTES, DOCUMENTAÇÃO E LICENCIAMENTO REGULARIZADOS, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E ÀS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS VIGENTES, ADESIVADA CONFORME LAYOUT PADRÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.		

MANIFESTANTE: Secretaria Segurança Publica Municipal

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
6	MOTOCICLETA PATRULHEIRO ON/OFF ROAD TIPO TRAIL - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR	Unidade	2.0

	MOTOCICLETA PATRULHEIRO ON/OFF ROAD TIPO TRAIL - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA TIPO PATRULHEIRO PARA USO MISTO (ON/OFF ROAD), FLEX (GASOLINA/ETANOL), CILINDRADA MÍNIMA DE 160 CC A 249 CC, INJEÇÃO ELETRÔNICA, PARTIDA ELÉTRICA, FREIOS COM SISTEMA ABS, PNEUS COMPATÍVEIS COM USO URBANO E RURAL, COM RODAS RAIADAS, EQUIPADA COM CAPACETE DE SEGURANÇA, DEVIDAMENTE EMPLACADA, INCLUINDO IPVA, TAXAS, LICENCIAMENTO E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS, DEVENDO SER ENTREGUE EM NOME DA CONTRATANTE. A MOTOCICLETA DEVERÁ SER ADAPTADA PARA USO DA GUARDA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM, COM IDENTIFICAÇÃO VISUAL CONTENDO O BRASÃO DA CORPORAÇÃO, SISTEMA DE SINALIZAÇÃO VISUAL EM LED, SIRENE ELETRÔNICA COM ALERTAS SONOROS, INSTALAÇÃO ELÉTRICA INDEPENDENTE COM PROTEÇÃO CONTRA INTEMPÉRIES, PROTETOR DE CARENAGEM EM AÇO TUBULAR, BAGAGEIRO TRASEIRO COM BAÚ DE NO MÍNIMO 40 LITROS COM CHAVE DE SEGURANÇA E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA ATIVIDADE DE PATRULHAMENTO, ADESIVADA CONFORME LAYOUT PADRÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.

1.1.3. Estimativas de consumo consolidado, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	VAN – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR CAPACIDADE MÍNIMA PARA ATÉ 21 LUGARES	2.0	Unidade	470.600,00	941.200,00
VAN – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, TIPO VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA ATÉ 21 LUGARES (1 MOTORISTA E 20 PASSAGEIROS), CARROCERIA FECHADA, COMBUSTÍVEL DIESEL, CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, FREIOS COM SISTEMA ABS, AR-CONDICIONADO, BANCOS ESTOFADOS COM CINTOS DE SEGURANÇA, PORTA LATERAL DESLIZANTE, MOTOR COM POTÊNCIA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA DO VEÍCULO, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, DOCUMENTAÇÃO E LICENCIAMENTO REGULARIZADOS, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE.				
2	MICRO-ÔNIBUS 28 LUGARES- VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR	1.0	Unidade	695.000,00	695.000,00
MICRO-ÔNIBUS 28 LUGARES - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, TIPO MICRO-ÔNIBUS, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 28 LUGARES, CARROCERIA INTEGRAL, COMBUSTÍVEL DIESEL, 4 CILINDROS EM LINHA, MOTOR TURBO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 155 CV, CÂMBIO MANUAL DE NO MÍNIMO 05 MARCHAS À FRENTE E 01 À RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, FREIOS A AR OU HIDRÁULICOS COM SISTEMA ABS, SUSPENSÃO COMPATÍVEL COM O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, AR-CONDICIONADO, POLTRONAS ESTOFADAS E RECLINÁVEIS COM CINTOS DE SEGURANÇA, PORTA DE ACESSO LATERAL PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE, JANELAS COM VIDROS MÓVEIS, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA-MOCHILAS OU BAGAGEIRO INTERNO, TACÓGRAFO, TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, DOCUMENTAÇÃO E LICENCIAMENTO REGULARIZADOS, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE.				
3	CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR	1.0	Unidade	482.750,00	482.750,00
CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, CHASSI ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CABINE SIMPLES OU AVANÇADA, MOTOR A DIESEL, 4 CILINDROS OU SUPERIOR, TURBOALIMENTADO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE, NO MÍNIMO, 5 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 1 (UMA) À RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, SISTEMA DE FREIOS COM ABS E DEMAIS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, AR-CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, CAPACIDADE DE CARGA (PBT) COMPATÍVEL COM O CONJUNTO VEICULAR E COM O BAÚ INSTALADO, BAÚ ISOTÉRMICO CONSTRUÍDO EM PAINÉIS COM ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIURETANO INJETADO OU MATERIAL EQUIVALENTE, REVESTIMENTO INTERNO EM MATERIAL LAVÁVEL E RESISTENTE À CORROSÃO, UNIDADE FRIGORÍFICA ACOPLADA AO BAÚ, CAPAZ DE MANTER TEMPERATURA DE, NO MÍNIMO, -10°C ATÉ +10°C, COM CONTROLE ELETRÔNICO DE TEMPERATURA E INDICAÇÃO EM DISPLAY DIGITAL, PORTAS TRASEIRAS COM VEDAÇÃO APROPRIADA E SISTEMA DE TRAVAMENTO, ILUMINAÇÃO INTERNA NO COMPARTIMENTO DE CARGA, PISO ANTIDERRAPANTE E RESISTENTE À UMIDADE, MANUAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, ATENDER À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE PROCONVE P8 (EURO VI), TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, DOCUMENTAÇÃO E LICENCIAMENTO REGULARIZADOS, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE.				
4	VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE CABINE DUPLA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES	2.0	Unidade	353.900,00	707.800,00
VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO, TIPO PICAPE CABINE DUPLA, 0 (ZERO) QUILÔMETRO, ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, QUATRO PORTAS LATERAIS, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS EM VIAS URBANAS E RURAIS. EQUIPADO COM MOTOR A DIESEL, TURBO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 190 CV, TORQUE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) VELOCIDADES, COM TRAÇÃO 4X4, DOTADA DE SISTEMA DE REDUÇÃO (4X4 REDUZIDA), PERMITINDO OPERAÇÃO EM TERRENOS ACIDENTADOS, COM OPÇÃO DE TRAÇÃO 4X2. DIREÇÃO ELÉTRICA, ELETRO-HIDRÁULICA OU HIDRÁULICA, FREIOS A DISCO NAS RODAS DIANTEIRAS COM SISTEMA ABS, SISTEMA ELETRÔNICO DE DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE FRENAGEM (EBD) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ESP/ESC), CONTROLE DE TRAÇÃO (TCS), ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA (HSA) E DEMAIS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA DISPONÍVEIS PARA A CATEGORIA. DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, AIRBAGS FRONTAIS				

PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, PODENDO SER ACRESCIDOS DE AIRBAGS LATERAIS E DE CORTINA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS ASSENTOS, SISTEMA ISOFIX PARA FIXAÇÃO DE CADEIRAS INFANTIS, ALARME ANTIFURTO E IMOBILIZADOR ELETRÔNICO. EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES EXTERNOS COM ACIONAMENTO ELÉTRICO, COMPUTADOR DE BORDO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA E/OU PROFUNDIDADE, DIREÇÃO MULTIFUNCIONAL, CHAVE PRESENCIAL OU SISTEMA EQUIVALENTE, CÂMERA DE RÉ, SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIROS OU DIANTEIROS/TRASEIROS, CENTRAL MULTIMÍDIA COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE, RÁDIO AM/FM, CONEXÃO BLUETOOTH, ENTRADAS USB E COMPATIBILIDADE COM ANDROID AUTO E APPLE CARPLAY OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE. CAÇAMBA TRASEIRA COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, EQUIPADA COM PROTETOR DE CAÇAMBA, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA, CAPOTA MARÍTIMA (QUANDO PREVISTA PELO ÓRGÃO CONTRATANTE) E CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA ÚTIL DE APROXIMADAMENTE 1.000 KG. RODAS DE LIGA LEVE OU AÇO DE, NO MÍNIMO, 17 POLEGADAS, PNEUS NOVOS COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO E ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO EM VIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, INCLUINDO ESTEPE, MACACO HIDRÁULICO, CHAVE DE RODAS E TRIÂNGULO. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, MANUAL DO PROPRIETÁRIO, CHAVE RESERVA, DOCUMENTAÇÃO REGULARIZADA, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, INCLUINDO IPVA, LICENCIAMENTO, TAXAS, EMPLACAMENTO E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS À SUA REGULARIZAÇÃO, ATENDENDO INTEGRALMENTE ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, AMBIENTAIS E À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE.					
5	AMBULÂNCIA SEMI UTI – TIPO B - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR	2.0	Unidade	394.200,00	788.400,00
AMBULÂNCIA SEMI UTI – TIPO B - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, VEÍCULO TIPO FURGÃO COM MOTOR DE NO MÍNIMO 2.0, POTÊNCIA MÍNIMA DE 150CV E TORQUE MÍNIMO DE 39,0KGF.M, COM TRAÇÃO NA TRASEIRA E/OU DIANTEIRA, CÂMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 06 VELOCIDADES À FRENTE MAIS 01 À RÉ, CAPACIDADE MÍNIMA DE COMBUSTÍVEL NO TANQUE DE 70 LITROS, COMPUTADOR DE BORDO, CÂMERA DE RÉ E SENSOR DE ESTACIONAMENTO ORIGINAL DE FÁBRICA, TIPO FURGÃO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA, COMBUSTÍVEL DIESEL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, FREIOS COM SISTEMA ABS, AR-CONDICIONADO NA CABINE E NO COMPARTIMENTO DO PACIENTE, REVESTIMENTO INTERNO LAVÁVEL E IMPERMEÁVEL, ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO, MACA RETRÁTIL COM SISTEMA DE FIXAÇÃO, BANCO PARA ACOMPANHANTE E PROFISSIONAL DE SAÚDE, ARMÁRIOS PARA ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS, SUPORTE PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO, SISTEMA DE OXIGENOTERAPIA, ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED, SINALIZAÇÃO VISUAL E SONORA DE EMERGÊNCIA, SALÃO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE NO MÍNIMO 10 METROS CÚBICOS, EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELAS NORMAS VIGENTES, DOCUMENTAÇÃO E LICENCIAMENTO REGULARIZADOS, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E ÀS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS VIGENTES, ADESIVADA CONFORME LAYOUT PADRÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.					
6	MOTOCICLETA PATRULHEIRO ON/OFF ROAD TIPO TRAIL - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR	2.0	Unidade	48.850,00	97.700,00
MOTOCICLETA PATRULHEIRO ON/OFF ROAD TIPO TRAIL - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA TIPO PATRULHEIRO PARA USO MISTO (ON/OFF ROAD), FLEX (GASOLINA/ETANOL), CILINDRADA MÍNIMA DE 160 CC A 249 CC, INJEÇÃO ELETRÔNICA, PARTIDA ELÉTRICA, FREIOS COM SISTEMA ABS, PNEUS COMPATÍVEIS COM USO URBANO E RURAL, COM RODAS RAIADAS, EQUIPADA COM CAPACETE DE SEGURANÇA, DEVIDAMENTE EMPLACADA, INCLUINDO IPVA, TAXAS, LICENCIAMENTO E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS, DEVENDO SER ENTREGUE EM NOME DA CONTRATANTE. A MOTOCICLETA DEVERÁ SER ADAPTADA PARA USO DA GUARDA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM, COM IDENTIFICAÇÃO VISUAL CONTENDO O BRASÃO DA CORPORAÇÃO, SISTEMA DE SINALIZAÇÃO VISUAL EM LED, SIRENE ELETRÔNICA COM ALERTAS SONOROS, INSTALAÇÃO ELÉTRICA INDEPENDENTE COM PROTEÇÃO CONTRA INTEMPÉRIES, PROTETOR DE CARENAGEM EM AÇO TUBULAR, BAGAGEIRO TRASEIRO COM BAÚ DE NO MÍNIMO 40 LITROS COM CHAVE DE SEGURANÇA E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA ATIVIDADE DE PATRULHAMENTO, ADESIVADA CONFORME LAYOUT PADRÃO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE.					
7	MOTOCICLETA TIPO TRAIL – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA PARA USO MISTO	2.0	Unidade	34.900,00	69.800,00
MOTOCICLETA TIPO TRAIL – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA PARA USO MISTO, FLEX (GASOLINA/ETANOL), CILINDRADA ENTRE 160 CC E 250 CC, MOTOR MONOCILÍNDRICO 4 TEMPOS, ARREFECIDO A AR, INJEÇÃO ELETRÔNICA, PARTIDA ELÉTRICA, TRANSMISSÃO DE 05 (CINCO) MARCHAS, FREIOS COM SISTEMA ABS NA RODA DIANTEIRA OU SISTEMA SUPERIOR, RODAS RAIADAS, PNEUS DE USO MISTO COMPATÍVEIS COM PERCURSOS URBANOS E RURAIS, SUSPENSÃO DIANTEIRA TELESCÓPICA E SUSPENSÃO TRASEIRA MONOAMORTECIDA, PAINEL DIGITAL OU ANALÓGICO/DIGITAL, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LITROS, CAPACIDADE PARA 02 (DOIS) OCUPANTES, EQUIPADA COM PROTETOR DE MOTOR, ESPELHOS RETROVISORES, MANUAL DO PROPRIETÁRIO, CHAVE RESERVA E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE EMPLACADO, LICENCIADO, COM IPVA, TAXAS, LICENCIAMENTO E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS QUITADOS, EM NOME DA CONTRATANTE, PRONTO PARA USO IMEDIATO.					
8	MOTOCICLETA TIPO CARGO – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA DESTINADA AO TRANSPORTE DE PEQUENAS CARGAS E APOIO OPERACIONAL	2.0	Unidade	25.947,50	51.895,00
MOTOCICLETA TIPO CARGO – VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, MOTOCICLETA DESTINADA AO TRANSPORTE DE PEQUENAS CARGAS E APOIO OPERACIONAL, FLEX (GASOLINA/ETANOL), CILINDRADA MÍNIMA DE 160 CC, MOTOR MONOCILÍNDRICO 4 TEMPOS, ARREFECIDO A AR, INJEÇÃO ELETRÔNICA, PARTIDA ELÉTRICA, TRANSMISSÃO DE 05 (CINCO) MARCHAS, FREIO DIANTEIRO A DISCO E TRASEIRO A TAMBOR OU SISTEMA SUPERIOR, RODAS RAIADAS, PAINEL DIGITAL OU ANALÓGICO/DIGITAL, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 LITROS, BAGAGEIRO TRASEIRO REFORÇADO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CAPACIDADE ADEQUADA PARA TRANSPORTE DE CARGAS, PROTETOR DE MOTOR, ESPELHOS RETROVISORES, MANUAL DO PROPRIETÁRIO, CHAVE RESERVA E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE EMPLACADO, LICENCIADO, COM IPVA, TAXAS, LICENCIAMENTO E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS QUITADOS, EM NOME DA CONTRATANTE, PRONTO PARA USO IMEDIATO.					
9	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, QUATRO PORTAS	1.0	Unidade	156.062,50	156.062,50
VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE - VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR, QUATRO PORTAS, TIPO PICAPE CABINE DUPLA, COM CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.3, CÂMBIO					

AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, FREIOS COM SISTEMA ABS, AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, CENTRAL MULTIMÍDIA OU SISTEMA DE ÁUDIO, CAÇAMBA TRASEIRA PARA TRANSPORTE DE CARGAS, PROTETOR DE CAÇAMBA, RODAS E PNEUS COMPATÍVEIS COM O USO URBANO E RURAL, TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, DOCUMENTAÇÃO E LICENCIAMENTO REGULARIZADOS, DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO ÓRGÃO CONTRATANTE NO ATO DA ENTREGA, INCLUINDO IPVA, TAXAS E DEMAIS TRIBUTOS NECESSÁRIOS PARA REGULARIZAÇÃO DO VEÍCULO, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.4.2. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R$ 3.990.607,50 (três milhões, novecentos e noventa mil, seiscentos e sete reais e cinquenta centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Será exigida garantia de execução do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação, cabendo à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades:

4.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

4.1.2. Seguro-garantia;

4.1.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

4.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.2. As condições relativas à prestação da garantia de execução encontram-se em cláusula específica para esse fim na minuta do contrato anexa ao edital.

4.3. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

4.3.1. Caso a licitante vencedora opte pela apresentação da garantia nas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, para assinatura do contrato.

4.3.2. Caso a licitante vencedora opte pela apresentação de seguro-garantia, terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia nesta modalidade.

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 30 (trinta) dias corridos, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central que fica localizado no seguinte endereço: Praça Monsenhor José Cândido, n° 113, térreo, Centro - Boa Viagem/CE. Segunda a quinta de 07:00h às 17:00h e na Sexta das 07:00h às 13:00h.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5°do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Item.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.1. Pessoa Jurídica: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional dos sócios.

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa,

nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

I - os quantitativos e os saldos;

II - as solicitações de adesão; e

III - o remanejamento das quantidades.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de

PROCESSO ADMINISTRATIVO
0221
ASSINADO ELETRONICAMENTE

nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Boa Viagem/CE,